

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Bets na mira

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, pediram que os técnicos do Parlamento listem todos os projetos que tentem regulamentar as apostas na internet, as "bets". A ideia é tratar desse tema depois do primeiro turno das eleições, semana que vem.

## Veja bem

Os evangélicos são os mais interessados em resolver logo isso. Diz-se nos bastidores que, quando a aposta é alta, faltam recursos para os dízimos.

## Enquanto isso, no Ministério da Fazenda...

O governo se prepara para bater bumbo a respeito da elevação da nota de crédito do país pela agência Moody's. A ideia é mostrar que a economia segue no caminho certo, tanto é que está a um passo do grau de investimento.

## A aposta de Bolsonaro

O ex-presidente Jair Bolsonaro tem se dedicado ao interior de São Paulo. A avaliação de seus aliados é a de que, se ele conseguir eleger os candidatos do PL estado afora, estará no jogo para indicar o nome a ser apoiado em 2026, caso continue inelegível.

## Superpotências impotentes

O ataque do Irã a Israel deu ao regime israelense mais uma justificativa para desprezar os pedidos de cessar fogo por parte de países como Estados Unidos, França e Reino Unido. Diplomatas brasileiros apostam que o israelense Benjamin Netanyahu só se sentará à mesa para conversar sobre cessar fogo ou algo do gênero depois da eleição americana. Até lá, Israel tentará tirar do tabuleiro os líderes do Hezbollah e do Hamas, como tem feito desde que o ataque de outubro do ano passado. Ou seja, o Itamaraty está se preparando para pelo menos mais um mês de conflito pesado no Oriente Médio. A Organização das Nações Unidas, que terminou sua Assembleia Geral essa semana, também está sem força para mediar esse conflito.

É o que resta/ Nesse sentido, o governo Lula vai correr para retirar da região os brasileiros que quiserem sair. A ordem no Itamaraty é tomar posições contundentes condenando os ataques a áreas civis, como o lançado contra a cidade de Beirute, no Líbano, e ser mais comedido com os ataques militares.



## CURTIDAS

Reprodução/YouTube/TV Cultura



**O que preocupa Cármen/** Os dois estados que mais preocupam a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia, são o Amazonas e o Ceará. Ambos estão com candidatos ameaçados.

**Vai mais além/** No Amazonas, outro ponto de atenção é o isolamento de comunidades por causa da seca. Já se sabe que, em algumas localidades, será difícil o eleitor exercer o seu direito de voto.

**Tá vindo aí?/** A depender dos taxistas de São Paulo, a abstenção será alta. De três motoristas, dois disseram que não vão votar. Estão decepcionados com a política.

**Eles apostam/** Os políticos paulistanos acreditam que, apesar do empate triplo, o prefeito-candidato Ricardo Nunes e o deputado Guilherme Boulos estarão no segundo turno. E Pablo Marçal ficará de fora. A conferir daqui a cinco dias.

## PODER

## Uma reforma feita às pressas

Senador Izalci Lucas critica discussão açodada sobre novo modelo tributário. Empresários temem criação de outro "monstrego"

» SAMANTA SALLUM

O relatório final do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, com ajustes ao PLP 68/24, que regulamenta a reforma tributária, será entregue no dia 22 de outubro. O trabalho vai apresentar propostas de alteração ao texto, aprovado pela Câmara dos Deputados. Já foram realizadas audiências públicas para ouvir os setores empresariais, que apresentaram uma série de demandas (veja quadro). Muitos se sentem prejudicados com a versão aprovada pelos deputados federais e apresentaram aos senadores pedidos de adequação para reduzir o impacto da reforma em suas áreas de atuação.

O coordenador do grupo de Trabalho, senador Izalci Lucas (PL/DF), afirma que o projeto ainda precisa de mais debates e análises. "Sou contra o regime de urgência colocado pelo governo federal. A maioria dos senadores não está conseguindo entender de verdade o que será votado, não sabe o que vai votar, está dependendo das assessorias", afirmou o parlamentar.

"Precisamos de tempo para analisar, para corrigir distorções. Do jeito que o governo conseguiu aprovar na Câmara, não tem a neutralidade, como se propagou. E a simplificação, só daqui a 10 anos", criticou o senador. Izalci foi o palestrante convidado do almoço-debate do Lide/DF, em Brasília, ontem, que reuniu cerca de 100 pessoas entre empresários e autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário.

O relatório da CAE vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que receberá emendas ao PLP, mas só de autoria dos

próprios membros. Durante a apresentação, Izalci Lucas tentou explicar o andamento da reforma tributária. Contou que recebeu diversas sugestões de emendas e avisou aos setores empresariais. "Ainda haverá prazo para emendas. Encaminhem sugestões, mas de forma didática, para os senadores realmente entenderem a importância das propostas sobre o impacto em cada setor", reforçou. "Precisamos alertar os empresários para que eles possam mobilizar, procurar seus senadores e deputados, para fazer as alterações que acharem necessárias", acrescentou.

## Simples Nacional

Um dos pontos sensíveis na regulamentação da reforma tributária é como ficará o Simples Nacional. "Vamos realizar uma audiência pública na quinta-feira (amanhã) só para tratar deste tema. Grande quantidade de empreendedores no país estão nesse regime e não pode ser prejudicada".

Para Paulo Octávio, que comanda o Lide Brasília, a primeira preocupação deve ser com o crescimento econômico do Brasil. "Nós temos a maior carga tributária do mundo. E a reforma que foi votada pela Câmara dos Deputados e está no Senado atualmente é bastante complexa. A grande parte do setor produtivo brasileiro não entendeu ainda como vai funcionar", destacou.

Segundos ele, não adianta haver pressa para "depois criar um monstrego que ninguém entenda e que não vai ajudar, porque o que nós queremos mais é gerar empregos. O Brasil não pode crescer apenas 2% ao ano. O Brasil tem que crescer 5%, 6%, como já cresceu", salientou.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Senado: regulamentação da reforma tributária, com muitos pontos controversos, está na CAE

## Lista de pedidos

## Confira as demandas dos setores no Senado para ajustes no PLP 68/24

## Construção civil/setor imobiliário

Redutor de 60% para construção e 80% para locação.

Programa Farmácia Popular.

Redução de 60% nas alíquotas; CBS/IBS sejam considerados serviços de saúde.

## Equipamentos médicos

Redução de 60% da alíquota.

## Educação

Aplicação de alíquota reduzida de 60% CBS/IBS também a atividades no contrarturno.

## Tecnologia da Informação

Concessão de crédito presumido.

## Pessoas com Deficiência

Isenção para todos os veículos e na apenas os adaptados.

## PETs

Alíquota reduzida de 60% para produtos e alimentação ligada à saúde, como medicamentos.

## Supermercados

Inclusão de mais 40 itens na Cesta Básica Nacional.

## Energia

Isenção de CBS/IBS; consumo de energia produzida pelo próprio estabelecimento.

## Medicamentos

Redução a Zero das alíquotas de todos os medicamentos do

## Cemitério e Funerários

Academias de ginástica alíquota de 60%.

## Acordo entre X e Supremo

» LUANA PATRIOLINO

Bloqueada há um mês, a rede social X informou, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), que pagará todas as multas impostas pela Justiça brasileira. A plataforma alegou que, para cumprir a determinação judicial, precisa do desbloqueio das contas bancárias e dos ativos financeiros. A posição representa mais um recuo da empresa do bilionário Elon Musk — que acumula derrotas na Corte.

A X também informou ao STF que atenderá a todas as exigências feitas pelo ministro Alexandre de Moraes para retomar as atividades no Brasil. A empresa se comprometeu a pagar R\$ 28,6 milhões com recursos próprios, em três pagamentos: o primeiro, de R\$ 18,3 milhões; o segundo, de R\$ 10 milhões; e o terceiro, no valor de R\$ 300 mil, referente à punição imposta à representante legal do X no Brasil, Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição.

A rede social foi multada porque descumpriu a ordem de bloquear contas de usuários; deu um "drible" na suspensão do X no Brasil com uso de IP no Cloudflare; e deixou de ter representação legal da empresa no país.

A empresa pediu ao STF a expedição de um ofício ao Banco Central para movimentar recursos. Em despacho publicado ontem, Alexandre de Moraes voltou a determinar que o BC e a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) desbloqueiem as contas do X para que o pagamento seja efetuado.

Em 11 de setembro, o ministro já havia determinado o desbloqueio das contas bancárias e dos ativos financeiros da companhia, o que não ocorreu.